

Uma rede contra a exclusão (II)

Quando se fala sobre a criação de uma Rede Internacional de Luta contra a Exclusão Social, na verdade procura-se uma mudança subjetiva e objetiva na forma de enxergar o outro e a sociedade. A Rede já existe, criada em 1998, após um longo processo de reuniões internacionais que discutem a organização da sociedade humana. Não se trata de uma estrutura burocratizada e hierarquizada. Para participar dessa rede basta ser contra a exclusão humana, a exclusão individual e toda forma de opressão.

A ideologia do valor individual como forma de inclusão social não encontra mais respaldo na realidade. Afinal, a quantidade e a variedade de excluídos cresce de maneira assustadora a cada dia, demonstrando que é a forma de organização da sociedade que define quem dela participará e a quem restará sua margem. Não é uma questão de dotes individuais. Como enxergar dotes individuais em grupos e países inteiros que não têm acesso à alimentação, vida saudável, moradia, educação, lazer, dignidade?

O desenvolvimento tecnológico fez da educação, mais do que nunca, um pré-requisito básico para a inclusão no mercado de trabalho. Não há como dizer que cada um dos 30 milhões de analfabetos brasileiros é responsável pelo seu fracasso profissional. Da mesma maneira que os famintos da África não podem prescindir de uma ação efetiva da sociedade global para que, um dia, possam começar a compreender a tecnologia mais elementar. Os dois exemplos não escondem os milhares de casos de exclusão, em todos os países e sociedades, mesmo as mais desenvolvidas, onde a ideologia do sucesso individual, aliada à tecnologia que elimina postos de trabalho, vem transformando em várias parcelas cada vez maiores de cidadãos.

Se, de um lado, é preciso buscar relações e condições mais igualitárias de vida dentro dos países, de outro é necessário eliminar o domínio de economias fortes, grandes empresas e grandes fortunas sobre os países de economias mais frágeis. No plano internacional, essa configuração de fortes sobre fracos vem se agravando com o processo de globalização, que, da forma como concebida e praticada, nada mais é que a ideologia do domínio.

Um princípio básico para se alcançar qualquer transformação na sociedade é o do desenvolvimento humano, isto é, ter como horizonte, em qualquer decisão, o bem-estar dos cidadãos. Isso vale para a produção e análise de estatísticas, para a elaboração das leis, para a determinação de políticas. Hoje, o que sustenta as decisões - de governos, empresas e políticos - são os números, o lucro, a economia, a técnica, raramente colocados em parceria com o benefício humano coletivo. A democracia, que se tornou um ideal para a maior parte do mundo, é restrita aos processos eleitorais, o que cria um enorme déficit de participação social. Nunca é demais lembrar o dado assustador de que quatro quintos da humanidade estão completamente alijados de

qualquer processo de decisão.

Aumentar e qualificar as formas de participação dos indivíduos e grupos nos processos decisórios é fundamental para a redução da exclusão. Sanar alguns vícios recorrentes mesmo nas democracias, como as decisões tomadas de forma centralizada, quando a descentralização poderia tornar um número maior de pessoas responsáveis por questões locais, ao mesmo tempo que devem ser criadas formas de participação nas decisões gerais. É também um erro que o topo da hierarquia seja o único poder decisório, sem levar em conta toda a rede de pessoas que implantam ou se beneficiam das decisões. São freqüentes, também, o autoritarismo e a visão setorializada sobre os problemas, vícios que sempre limitam a capacidade de enxergar soluções e a sua qualidade. Sejam governos, instituições, empresas ou famílias, a maioria incorre nesses erros.

O assistencialismo é hoje um dos maiores entraves à democracia real. Visto apenas como um dever humanitário, ele coloca as pessoas com limitações, sejam físicas, psicológicas ou sociais, como um obstáculo ao desenvolvimento. No lugar de ensinar a pesca, como diz a Bíblia, limita-se a dar o peixe, transformando milhares de seres em objetos institucionalizados ou dignos de misericórdia. A assistência social necessária é aquela que

cria formas de incluir as pessoas com dificuldades especiais, que as transforma em cidadãos em condição de competitividade. Fora disso, a caridade e a assistência social estão fazendo da pobreza um índice negativo de desenvolvimento social, tornando-a um peso econômico insuperável, pois não dá aos pobres condições de saírem dessa situação.

A sociedade excludente, que não encontrou limites nem nas diferenças ideológicas que dividiram o mundo neste século, é uma cultura enraizada inclusive entre os excluídos. Como a moral do escravo descrita pela Antropologia, é a introjeção do dominador na cultura do dominado. Esse processo de dominação, que parte de maneira incisiva sobre o inconsciente das pessoas individualmente, vai se tornando uma regra no inconsciente coletivo. Mesmo entre os excluídos da sociedade predominam os mesmos mecanismos de decisão autoritários e verticalizados dos responsáveis pelo modelo que se quer superar. O lado perverso da sociedade excludente torna qualquer poder, por mais miserável que seja, em opção mais atraente do que a solidariedade. A mudança cultural, portanto, deve ir de todos.

Mudança difícil e ousada, para todos. Mas a única forma de nos sentirmos um pouco mais humanos e um pouco menos selvagens. A rede que se criou para buscar uma sociedade melhor vai sendo construída a partir da troca de experiências de combate à exclusão. Nela ninguém manda e todos que quiserem podem a ela pertencer. É uma boa idéia, para quem ainda quer um mundo mais solidário.